

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL.....	21
1.1 O Direito de Punir (<i>jus puniendi</i>) (latim: <i>jus = direito; puniendi: punição</i>).....	21
1.2 A lide penal	21
1.3 Conceito de processo.....	22
1.4 Natureza jurídica do Direito Processual Penal.....	23
1.4.1 Relação com as demais ciências	24
1.5 Conteúdo e conceito do Direito Processual Penal	25
1.6 Autonomia do Direito Processual Penal	26
1.7 Fontes das normas processuais penais.....	26
1.8 Aplicação e interpretação da lei processual penal.....	30
1.8.1 Integração do processo penal.....	30
1.8.1.1 Analogia.....	31
1.8.2 Hermenêutica processual penal.....	32
1.8.3 Modalidades (formas) de interpretação	32
1.8.3.1 Interpretação penal quanto ao sujeito.....	32
1.8.3.2 Interpretação da lei penal quanto ao modo.....	33
1.8.3.3 Interpretação da lei processual penal quanto ao resultado	33
1.8.3.4 Interpretação analógica.....	34
1.8.3.5 Invocação do Direito Processual Civil (analogia).....	34
1.9 Sistemas processuais penais.....	35
1.9.1 Sistema inquisitório ou inquisitivo.....	35

1.9.2	Sistema acusatório	36
1.9.3	Sistema misto	36
1.9.4	Processo penal brasileiro.....	36

2

NORMA PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO 37

2.1	Conceito e classificações da norma processual penal.....	37
2.1.1	Elementos da norma processual penal.....	37
2.2	Caracteres da norma processual penal.....	39
2.2.1	Norma processual penal no tempo.....	39
2.2.2	Norma processual no espaço	42

3

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL..... 45

3.1	Conceito	45
3.2	Princípios processuais penais	45
3.3	Garantias constitucionais	49

4

INQUÉRITO POLICIAL..... 53

4.1	Persecução penal.....	53
4.1.1	Conceito de persecução	53
4.1.2	Polícia judiciária	54
4.2	Inquérito Policial	56
4.2.1	Finalidade do inquérito policial	57
4.2.2	Inquéritos extrapoliciais	58
4.2.3	Atribuição do inquérito policial	60
4.2.4	Dispensabilidade do inquérito policial.....	64
4.2.5	Natureza do inquérito policial (características).....	65
4.2.6	Incomunicabilidade do indiciado.....	67
4.2.7	<i>Notitia criminis</i>	68
4.2.8	Início do inquérito policial.....	70
4.2.8.1	Instauração por meio de requisição	71
4.2.8.2	Instauração por meio de requerimento	72
4.2.8.3	<i>Delatio criminis</i>	72

4.2.8.4	Requisição do Ministro da Justiça	73
4.2.8.5	Inquérito policial nos crimes de ação penal privada	73
4.2.8.6	Diligências no inquérito policial	73
4.2.8.7	Auto de prisão em flagrante	77
4.2.9	Prazos, relatório e pedido de diligências	77
4.2.10	Encerramento e o arquivamento do inquérito.....	79
5		
	AÇÃO PENAL	91
5.1	Conceito de ação penal	91
5.2	Condições da ação penal (ou condições de procedibilidade)	92
5.2.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	93
5.2.2	Interesse de agir.....	95
5.2.3	Possibilidade jurídica do pedido	96
5.2.4	Justa causa	96
5.2-A	Pressupostos processuais.....	96
5.3	Classificação da ação penal com base na tutela jurisdicional	97
5.4	Classificação subjetiva da ação penal	97
5.5	Ação penal pública incondicionada	97
5.5.1	Princípios da ação penal pública.....	97
5.6	Início da ação penal pública.....	111
5.7	Ação penal pública condicionada.....	114
5.7.1	Legitimidade para representação.....	116
5.7.2	Requisição do Ministro da Justiça.....	118
5.8	Ação penal privada	118
5.8.1	Princípios	119
5.8.2	Legitimidade <i>ad causam e ad processum</i>	120
5.8.3	Prazo para o exercício da ação penal privada	121
5.9	Ação civil	121
6		
	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	125
6.1	Jurisdição.....	125
6.1.1	Elementos da jurisdição	126
6.1.2	Conteúdo da jurisdição	126
6.1.3	Princípios sobre a jurisdição (<i>iurisdictio</i>)	126

6.1.4	Classificações.....	129
6.1.5	Características	129
6.2	Competência.....	129
6.2-A	Competência material e competência funcional.....	130
6.2-B	Prorrogação, delegação e desaforamento	130
6.2-C	Definição da competência	131
6.2-D	Juízo comum, especial e subsidiário.....	132
6.2-E	Competência absoluta e relativa	132
6.2.1	Competência em razão do lugar da infração.....	133
6.2.2	Competência baseada no domicílio do réu (art. 72, <i>caput</i> , do CPP).....	136
6.2.3	Competência pela qualidade do delito (art. 74).....	136
6.2.4	Competência por distribuição.....	147
6.2.5	Competência por prevenção (art. 83 do CPP).....	147
6.2.6	Competência em razão da prerrogativa de função	147
6.2.7	Conexão e continência	151
6.2.7.1	Conexão	151
	6.2.7.1.1 Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP).....	151
	6.2.7.1.2 Outras formas de conexão.....	153
6.2.7.2	Continência (art. 77, I e II, do CPP)	154
6.2.7.3	Regras para verificação do juízo com a competência prorrogada (arts. 78 e 79 do CPP)	156
6.2.7.4	União facultativa dos processos (art. 80 do CPP)	160
6.2.7.5	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> (art. 81 do CPP).....	161
6.2.7.6	Avocação dos processos (art. 82 do CPP).....	161
6.2.7.7	Conflito de competência.....	161

7

	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	163
7.1	Questões prejudiciais	163
7.1.1	Classificação	163
	7.1.1.1 Questões homogêneas (ou não devolutivas, comuns ou imperfeitas)	163
	7.1.1.2 Questões heterogêneas (ou devolutivas ou perfeitas).....	164

7.1.1.2.1	Questão heterogênea (civil) obrigatória (de suspensão) (ou devolutiva absoluta)..	164
7.1.1.2.2	Questão heterogênea (civil) facultativa (de suspensão)	164
7.2	Exceções	164
7.2.1	Hipóteses de exceção	165
7.3	Restituição de coisas apreendidas.....	167
7.4	Medidas assecuratórias	168
7.4.1	Sequestro.....	168
7.4.1.1	Embargos ao sequestro	168
7.4.2	Especialização da hipoteca legal e arresto	169
7.4.2.1	A especialização da hipoteca legal.....	169
7.4.2.2	Arresto	170
7.5	Incidente de falsidade	170
7.6	Incidente de insanidade mental do acusado	171
8		
PROVA	173
8.1	Teoria geral da prova. Conceito.....	173
8.2	Objetivo (escopo) da prova	174
8.3	Objeto	174
8.3.1	Fatos que independem de prova.....	174
8.3.2	Fatos que dependem de prova.....	176
8.3.3	Prova do direito (a lei).....	177
8.3.4	Prova proibida	177
8.3.4.1	Provas ilícitas.....	177
8.3.4.2	Teoria dos frutos da árvore envenenada.....	177
8.3.4.3	A prova ilícita por derivação	178
8.3.4.4	Interceptação telefônica	182
8.3.4.5	Provas ilegítimas	195
8.3.5	Inviolabilidade do advogado	195
8.4	Classificação da prova quanto ao objeto.....	196
8.5	Classificação da prova quanto ao seu efeito ou valor.....	197
8.6	Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa	197
8.7	Classificação da prova quanto à forma ou aparência	197
8.8	Meios de prova.....	198
8.9	Ônus da prova (art. 156 do CPP)	198

8.10	Procedimento probatório	199
8.11	Prova emprestada	199
8.12	Álibi: (significa “em outra parte”, “em outro local”)	199
8.13	Sistemas de apreciação.....	200
8.14	Princípios gerais das provas	200
8.15	Das provas em geral (arts. 158 ss do CPP)	201
8.15.1	Das perícias em geral e do exame de corpo de delito (arts. 158 a 184 do CPP).....	201
8.15.1.1	Conceito	201
8.15.1.2	Realização da perícia.....	202
8.15.1.3	Exame de corpo de delito (art. 158 do CPP).....	202
8.15.1.3.1	Conceito.....	202
8.15.1.3.2	Lesão corporal e outras hipóteses.....	208
8.15.1.3.3	Exame de corpo de delito direto.....	211
8.15.1.3.4	Exame de corpo de delito indireto	211
8.15.1.3.4.1	Substituição do exame de corpo de delito pela prova testemunhal.....	212
8.15.1.3.5	Realização do exame de corpo de delito .	212
8.15.2	Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 do CPP).....	214
8.15.3	Confissão (arts. 197 a 200 do CPP).....	222
8.15.3-A	Colaboração premiada ou delação premiada.....	225
8.15.4	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP).....	232
8.15.5	Das perguntas ao ofendido (art. 201 do CPP).....	236
8.15.6	Da prova testemunhal	238
8.15.7	Da acareação (arts. 229 e 230 do CPP).....	246
8.15.8	Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP).....	246
8.15.9	Dos indícios (art. 239 do CPP)	248
8.15.10	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP)	249

9

SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL PENAL.....	253	
9.1	Processo e procedimento	253
9.2	Sujeitos principais e secundários.....	253
9.3	Juiz	254
9.4	Partes no processo penal.....	258
9.5	Ministério Público.....	260

9.6	O acusado	261
9.7	Defensor	263
9.8	O ofendido e sua atuação no processo penal: querelante, assistente e objeto da prova	265
9.8-A	“ <i>Amicus curiae</i> ”	267

10

MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (INCLUINDO PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA)	269	
10.1	Processo cautelar	269
10.1-A	Medidas cautelares pessoais substitutivas da prisão cautelar ...	270
10.1.1	Conceito de prisão	273
10.1.2	Espécies	274
10.1.3	Prisão em flagrante	277
10.1.4	Prisão preventiva	286
10.1.5	Prisão temporária	293
10.1.6	Prisão por decisão de pronúncia	297
10.1.7	Prisão por força de sentença condenatória recorrível	298
10.1.8	Prisão após o julgamento da apelação	302
10.1.9	Prisão domiciliar	303
10.2	Liberdade provisória com ou sem fiança	305
10.2.1	Crimes com a fiança dispensada	306
10.2.2	Crimes com arbitramento de fiança	306
10.2.3	Crimes inafiançáveis	307

11

ATOS PROCESSUAIS – CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	309	
11.1	Atos processuais – noções	309
11.2	Citação (arts. 351 a 369 do CPP)	314
11.2.1	Conceito	314
11.2.2	Modalidades	314
11.2.2.1	Citação real e citação ficta	314
11.2.2.2	Citação por mandado (do próprio juízo)	317
11.2.2.3	Citação por carta precatória	318
11.2.2.4	Citação por carta rogatória	318
11.2.2.5	Efeitos da citação	318
11.3	Intimações	320
11.3.1	Intimação pessoal	320
11.4	Revelia	322

12

PROCEDIMENTOS	323
12.1 Introdução.....	323
12.2 Procedimento ordinário	325
12.2.1 Anotações ao procedimento em geral.....	327
12.2.1.1 Atos processuais do procedimento ordinário	327
12.3 Procedimento sumário (arts. 531 a 538 do CPP).....	335
12.4 Procedimento sumaríssimo (art. 394, § 1º, III, do CPP).....	338
12.5 Procedimentos especiais previstos no Código de Pro-cesso Penal	341
12.5.1 Procedimento do júri.....	341
12.5.2 Procedimento dos crimes falimentares	370
12.5.3 Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 513 a 518 do CPP)	371
12.5.4 Procedimento nos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP).....	374
12.5.5 Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I do CPP).....	375
12.5.6 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (arts. 541 a 548 do CPP)	377
12.6 Procedimentos previstos na legislação especial	377

13

SENTENÇA	379
13.1 Teoria geral da sentença.....	379
13.1.1 Classificação dos atos judiciais	379
13.1.2 Requisitos formais da sentença.....	380
13.1.3 Sentença absolutória	381
13.1.4 Sentença condenatória.....	383
13.1.5 Correlação entre a denúncia e a condenação (princípio da correlação)	383
13.1.5.1 <i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP).....	384
13.1.5.2 <i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP)	386
13.1.6 Pedido de absolvição do MP.....	390
13.1.7 Sentença terminativa de mérito.....	391
13.1.8 Sentença concessiva do perdão judicial	391
13.1.9 Ausência de condição objetiva de punibilidade e escusas absolutórias.....	391

13.1.10	Publicação da sentença.....	392
13.2	Coisa julgada.....	395

14

RECURSOS		397
14.1	Teoria geral dos recursos.....	397
14.2	Recurso em sentido estrito (Rese).....	412
14.2-A	Agravo de instrumento.....	420
14.3	Apelação.....	421
14.4	Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) e embargos declaratórios.....	430
14.5	Carta testemunhável (arts. 639 a 646 do CPP).....	432
14.6	Correição parcial.....	432
14.7	Recurso especial.....	434
14.8	Recurso extraordinário.....	441
14.9	Recurso ordinário constitucional (ROC).....	445
14.9-A	Agravo regimental.....	446
14.10	Ações de impugnação.....	446
14.10.1	Revisão criminal.....	447
14.10.2	<i>Habeas corpus</i>	449
14.10.3	Mandado de segurança criminal.....	455
14.10.	Reclamação.....	459
14.10.1	Suspensão da segurança.....	460

15

NULIDADES		461
15.1	Introdução.....	461
15.2	Conceito de nulidade.....	461
15.2.1	Natureza jurídica.....	461
15.3	Sistema de nulidades.....	462
15.4	Classificação dos atos processuais.....	467
15.4.1	Ato inexistente.....	467
15.4.2	Ato nulo.....	468
15.4.2.1	Nulidade absoluta e relativa.....	469
15.4.3	Ato anulável.....	471
15.4.4	Ato irregular.....	472
15.4.5	Classificação segundo a jurisprudência (prática).....	472

15.4.6	Hipótese	473
15.4.6.1	Carta precatória	473
15.5	Inadmissibilidade da revisio pro societate	473
15.6	Momento de arguição e preclusão	473
15.6.1	Nulidade relativa: hipóteses e momento de arguição	473
15.7	O princípio <i>pas de nullité sans grief</i>	476
15.8	Nulidades em espécie (art. 564 do CPP)	476
15.8.1	A incompetência, a suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP).....	476
15.8.2	A ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP).....	477
15.8.3	Falta de fórmulas ou dos termos (art. 564, III, do CPP).....	478
15.9	Vedação da admissão da nulidade	489
15.10	Saneamento e efeitos.....	489

16

PROCESSO DE EXECUÇÃO	491
16.1	Escopo da execução penal	491
16.2	Requisitos para a execução da pena	491
16.3	Natureza do processo de execução.....	491
16.4	Princípios do processo de execução penal.....	492
16.5	Competência da execução penal.....	492
16.6	Cumprimento da pena privativa de liberdade	493
16.7	Guia de recolhimento	495
16.8	Regime de pena e progressão.....	495
16.8.1	Prisão albergue domiciliar.....	508
16.8.2	Regressão de regime	508
16.9	Livramento condicional (arts. 83 a 90 do CP).....	509
16.10	Autorização de saída	509
16.11	Remição	510
16.12	Detração	511
16.13	Penas restritivas de direito.....	511
16.14	Multa.....	512
16.15	Medidas de segurança.....	514
16.16	Incidentes da execução.....	514
16.17	Agravo em execução	515

BIBLIOGRAFIA	517
---------------------	-------	-----